

## Defensoria pública para todos

Luciano Borges dos Santos\*



Para defesa de seus direitos o cidadão deve dispor de ferramentas eficazes facilmente alcançadas por experientes advogados, bem remunerados por seus serviços. Contudo, o cidadão carente de recursos financeiros não consegue alcançar a defesa de seus interesses jurídicos. A Constituição Federal de 1988 criou a Defensoria Pública para prestar assistência jurídica integral e gratuita aos insuficientes de recursos.

**Revista:** A Lei Complementar 80/1994, por expressa previsão nos artigos 5º, inciso LXXIV, e 134 da Constituição Federal de 1988, trata da organização e normas gerais da Defensoria Pública. A atual estrutura da instituição atinge as expectativas da população?

**Luciano Borges dos Santos:** No Brasil ainda existe uma distância entre a vontade da Constituição e a realidade, no que toca à assistência jurídica integral e gratuita.

Nossa Carta republicana é de 1988 e o Estado brasileiro ainda não conseguiu levar assistência jurídica para a população carente que hoje, segundo dados do IBGE, representa mais de 130.000.000 de brasileiros.

Significa dizer, portanto, que milhares de pessoas ainda não têm voz, pela ausência de uma instituição pública capaz de viabilizar a proteção de direitos e garantias fundamentais dos hipossuficientes.

As Defensorias Públicas dos Estados conseguem alcançar apenas 40% das Comarcas brasileiras, sendo que existem entes federados como PR, SC e GO que,

pelo conservadorismo de seus governantes, sequer implantaram a Defensoria Pública Estadual.

Se analisarmos a situação da Defensoria Pública da União, a realidade é ainda mais caótica, pois contamos com apenas 340 Defensores Públicos Federais para atuar na Justiça Federal, que tem mais de 2.000 Juizes Federais, e na Justiça do Trabalho, com mais de 3.000 membros.

A Defensoria Pública da União atua também na Justiça Militar da União e tem atribuição para defender hipossuficientes na Justiça Eleitoral, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Superiores.

Enfim, o Estado brasileiro, malgrado tenhamos que reconhecer os avanços sentidos nos últimos anos, não tem atentado que a cidadania e a democracia exigem que as portas do Judiciário sejam abertas aos grupos vulneráveis, o que somente será possível com uma Defensoria Pública forte e atuante.

**Revista:** A imprensa divulgou que tramitam na Justiça brasileira cerca de 43 milhões de processos. O que a Defensoria Pública tem feito para não permitir o perecimento de direitos dos menos favorecidos?

\*Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos da União – ANDPU.

**Luciano Borges dos Santos:** Em um país em que as desigualdades sociais são incontroversas, a Defensoria Pública tem papel fundamental para promover a garantia dos direitos fundamentais.

Com esse escopo que a Defensoria Pública da União e a dos Estados têm atuado diretamente nas comunidades carentes.

Tem sido uma realidade constante no âmbito da Defensoria Pública da União a realização de itinerantes, em conjunto com Poder Judiciário Federal, para prestar assistência jurídica às comunidades quilombolas, indígenas, população ribeirinha do norte do país.

Muitas dessas comunidades não têm energia elétrica, acesso à saúde, educação, previdência e assistência social, transporte, etc. São carentes, na realidade, de cidadania, pois o Estado não as alcança, o que faz com que a participação da Defensoria Pública da União minimize as diversas dificuldades enfrentadas por tais grupos.

**Revista:** A respeito de questão pontual, qual tem sido a atuação da Defensoria Pública em razão do caótico sistema carcerário brasileiro?

**Luciano Borges dos Santos:** A situação carcerária é caótica, porquanto, no Brasil, o detento não perde apenas a liberdade. Ele perde muito mais que isso, ele perde a dignidade, os direitos fundamentais.

Basta ver a realidade dos estabelecimentos carcerários em que muitos presos morrem nos corredores com tuberculose, fraturas, doenças infectocontagiosas, sem acesso a cuidados médicos básicos.

Essa triste realidade tem sido identificada nos mutirões carcerários promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a participação efetiva da Defensoria Pública da União e dos Estados.

Além da participação nos mutirões do CNJ, foi criada, com o apoio do Ministério da Justiça, uma Força Nacional de Defensores federais e estaduais, para atuar justamente nos estabelecimentos penais, o que vem a reforçar a sensibilidade do Ministério da Justiça e da Defensoria Pública com o sistema carcerário, promovendo assim um atendimento mais próximo dos mais de 90% de detentos que carecem dos serviços de um Defensor Público.

**Revista:** O Projeto de lei 137/2009 que trata da nova *Lei Orgânica da Defensoria Pública* segue para sanção presidencial. Se convertido em Lei, a atuação do Defensor Público será ampliada para solução das lides por meio da mediação, conciliação e arbitragem de conflitos. Tais soluções para lide podem trazer prejuízo ao jurisdicionado em razão da sua condição hipossuficiente na relação jurídica?

**Luciano Borges dos Santos:** O Projeto 137/2009 que trata da nova Lei Orgânica da Defensoria Pública prevê a necessidade de que o Defensor Público encontre o melhor caminho para defender de forma eficiente os interesses dos hipossuficientes.

Foi nesse espírito que se estabeleceu a necessidade de se buscar a solução dos conflitos de interesse por meios alternativos de pacificação social.

Abrem-se os olhos para a necessidade de que o escopo maior do Estado não seja a judicialização dos conflitos, mas a pacificação social.

É com esse olhar que devemos analisar a nova Lei, em especial o olhar de que, quando há uma controvérsia, o Estado tem o dever de promover a pacificação, por meio da Justiça ou outra forma alternativa de resolução.

Ora, se a pacificação puder ser obtida de forma célere e eficaz, por meio da conciliação, mediação ou arbitragem, sempre com a presença do Defensor Público para acompanhar os desdobramentos, vamos perceber que houve grandes avanços em prol da sociedade, pois o legislador vem a reiterar uma tendência mundial de incentivo a busca de métodos alternativos de solução de conflitos.

**Revista:** Existe alguma estratégia, aliança ou convênio com a Justiça Federal brasileira para otimizar o processamento dos feitos em que atua a Defensoria Pública?

**Luciano Borges dos Santos:** A Justiça Federal brasileira tem sido sensível à causa da Defensoria Pública da União, pois percebe que milhares dos mais de 130.000.000 de brasileiros hipossuficientes ainda não podem bater às portas do Poder Judiciário pela ausência de uma Defensoria Pública da União em muitas subseções judiciárias.

A partir dessa identificação, hoje é uma realidade constante a atuação conjunta do Judiciário Federal e Defensoria Pública da União, em itinerantes.

Judiciário Federal e Defensoria Pública da União se deslocam para os lugares mais distantes do Brasil, locais muitas vezes em que somente se chega de barco, que não tem energia elétrica, etc. Nessas localidades, Justiça Federal e Defensoria Pública da União podem levar um pouco de cidadania aos grupos vulneráveis esquecidos pelo Poder Público.